

 ÍNDICE

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - JUNHO 2016	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	16

Mensagem do Diretor-Presidente

No ambiente desafiador da economia Brasileira, o Banco Caixa Geral - Brasil adaptou a sua atuação. Em termos da carteira de crédito, o Banco reverteu a trajetória de forte expansão da carteira de crédito que teve lugar até o ano de 2013 e diminuiu de forma sistemática a exposição a empresas de infraestruturas ou a empresas com elevado nível de exposição à retração da economia Brasileira. O BCG - Brasil focou a sua atividade creditícia no apoio a empresas portuguesas e a setores pouco expostos ao clima recessivo da economia Brasileira. O Banco continuou a focar a sua atuação na rentabilidade operacional com especial enfoque no controle de custos.

Contudo, o Banco investiu no negócio de Pessoa Física de forma a reforçar o relacionamento com a comunidade Luso-Brasileira. Este fortalecimento foi feito através de um aumento da equipe comercial, de uma oferta de produtos mais estruturada e de uma aproximação às comunidades portuguesas no Brasil - especificamente em São Paulo. Este negócio, de elevado potencial, é fundamental para transformar a percepção do Banco Caixa Geral - Brasil num Banco de Raiz Portuguesa e para fortalecer o Balanço do Banco, aproveitando a credibilidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos nesta comunidade.

O Banco, no final do exercício de 2015, alterou a sua estrutura de forma a ser mais eficiente no seu esforço comercial. Com as medidas tomadas, os custos operacionais em 2016 continuaram controlados, permanecendo próximos ao apurado no primeiro semestre de 2015, apesar da inflação perto dos dois dígitos. O foco nos custos continua a ser de importância redobrada num ambiente de elevada incerteza econômica.

Na atividade de Corretagem, as receitas médias diárias da Rico, no primeiro semestre de 2016, continuaram a apresentar uma evolução positiva. O resultado da CGD Corretora passou a ter uma contribuição positiva para os Resultados consolidados do Banco, fruto da redução dos custos recorrentes e do reconhecimento de 51% do resultado líquido obtido pela Rico.

Em resumo, o Banco está:

- Resolvendo os seus principais desafios: i) aumentando a sua rentabilidade operacional; e ii) reestruturando a atividade de Corretagem;
- Posicionando como um Banco de Raiz Portuguesa, aproveitando o posicionamento do seu único acionista.

Contudo, o Banco está se adaptando à nova conjuntura econômica Brasileira e reposicionando a sua carteira de crédito.

Aspectos mais Relevantes do Primeiro Semestre de 2016

Relativamente à atividade individual do Banco, excluído os efeitos da sua participada CGD Investimentos:

- A carteira de crédito, incluindo garantias e títulos de crédito privado, totalizou um valor de R\$ 1,32 bilhão em 30 de Junho de 2016, uma queda de 13% quando comparada com 30 de Junho de 2015 e 7% quando comparada com 31 de Dezembro de 2015.
- A captação de recursos de terceiros encerrou o 1º semestre de 2016 com R\$ 1,72 bilhão, um crescimento de 23% quando comparado com 30 de Junho de 2015.
- As receitas da atividade bancária apresentaram uma evolução positiva no 1º semestre de 2016. Quando comparadas com os períodos homólogos de 2014 e de 2015, as receitas apresentaram um crescimento de 34% e 1%, respectivamente.
- Os custos da atividade bancária no 1º semestre de 2016 mantiveram-se estáveis quando comparados com o 1º semestre de 2015. Relembrar que nos últimos 12 meses a inflação acumulada foi de 8,8%. O indicador "Cost-to-Income" foi de 52% em 2016 versus 53% em 2015 e 73% em 2014.
- O resultado operacional (excluindo Provisões) no 1º semestre de 2016 foi positivo em R\$ 23,4 milhões. Este valor representa uma melhoria de R\$ 0,6 milhão quando comparado com o 1º semestre de 2015 e um aumento de R\$ 13,4 milhões quando comparado com o 1º semestre de 2014.
- As provisões realizadas visam fazer face aos possíveis impactos decorrentes do cenário econômico atual. Concentram-se em empresas dos setores de infraestrutura e construção que tiveram forte expansão entre os anos 2012 e 2013. O total de provisões para crédito foi de R\$ 4,0 milhões no 1º semestre de 2016 versus R\$ 18,0 milhões no 1º semestre de 2015.
- O Resultado Líquido da atividade bancária foi então de R\$ 8,2 milhões versus R\$ 0,2 milhão no 1º semestre de 2015.

No que se refere à atividade da Corretora CGD Investimentos (detida a 50% pelo BCG-Brasil):

- Em Julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão da sua atividade de Homebroker com a Corretora Rico. No final de 2014, a corretora anunciou o encerramento das suas atividades de corretagem institucional, que teve lugar em Fevereiro de 2015.
- No primeiro semestre de 2016, a Corretora, embora ainda tivesse custos inerentes ao encerramento das suas atividades, apresentou resultado positivo, fruto do esforço empregado para a contenção dos custos recorrentes e do reconhecimento de 51% do resultado apresentado pela Rico. Em 2015, a corretora obteve um resultado negativo de R\$ 8,5 milhões, decorrente ainda dos custos inerentes ao encerramento das suas atividades.
- O esforço financeiro com o encerramento da corretora foi praticamente finalizado durante o primeiro semestre de 2015. No 1º semestre de 2016, a corretora manteve atividades operacionais mínimas relacionadas com as suas obrigações regulamentares.
- O reconhecimento por equivalência patrimonial de 50% dos resultados implicou uma contribuição positiva para os resultados consolidados do Banco de R\$ 1,2 milhão versus uma contribuição líquida negativa de R\$ 4,1 milhões no 1º semestre de 2015.
- No 1º semestre de 2016, a Rico obteve resultados líquidos positivos de R\$ 5,3 milhões.

Em termos Consolidados:

- O resultado do Banco foi positivo em R\$ 9,4 milhões no 1º semestre de 2016 versus um resultado negativo de R\$ 4,1 milhões no 1º semestre de 2015.
- O Património Líquido era de R\$ 333 milhões em 30 de Junho de 2016. O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil foi de 17,8%. De realçar que no Património do Banco e para efeitos de rácio de solvabilidade (índice de Basileia), a posição de 50% na Corretora, está contabilizada por um valor de R\$ 1,8 milhão, praticamente o mesmo valor que a contribuição da Corretora para os resultados do 1º semestre e claramente muito inferior ao valor que a Diretoria acredita ser o valor de mercado da Corretora.

Operações que Merecem Destaque

- Participação de R\$ 20 milhões em Operação de Pré-Pagamento de Exportação sindicalizada para empresa do setor agrícola;
- Assessoria para elaboração de Carta Consulta de empresas do setor de energias renováveis no valor superior a R\$ 300 milhões;
- Financiamento de R\$ 70 milhões em operação de Crédito à Exportação para empresa do setor agrícola;
- Financiamento de R\$ 60 milhões em operações de Cédula de Crédito Bancário a empresas de construção civil portuguesas;
- Financiamentos ao setor de administração de frotas em mercado de capitais e corporate banking com valor superior a R\$ 100 milhões;
- Realização de laudo de avaliação de uma empresa do setor de energias renováveis, avaliada em R\$ 740 milhões.

Contexto Econômico - Primeiro Semestre de 2016

Economia Brasileira

Durante o primeiro semestre de 2016, a economia brasileira continuou tendo um desempenho bastante fraco, fruto dos problemas já existentes no ano anterior, especialmente no âmbito fiscal e político. O desemprego, que havia terminado 2015 na casa de 9%, se moveu para acima dos 11% já no mês de Maio. A situação das empresas ainda se mostra particularmente delicada, com a queda no consumo e a alta nas taxas de juros promovida pelo Banco Central para controle de uma inflação que se mostrou resiliente durante o ano de 2015.

O cenário para o restante do ano ainda se mostra desafiador, com as últimas estimativas para o PIB deste ano apontando para uma contração de cerca de 3%. A meta fiscal para o ano foi fixada em um deficit primário (antes das despesas com juros) de 2,75% do PIB, com o acumulado até maio correspondendo a um deficit em torno de 0,2%. Do lado positivo, o deficit em conta-corrente segue apresentando rápido ajuste, com as projeções para o ano de 2016 indicando deficit em torno de 0,8% do PIB, contra 3,3% do PIB em 2015.

Apesar da dificuldade ainda enfrentada na economia, o cenário político tornou-se mais estável e há indicações bastante positivas para o futuro no âmbito fiscal e na política econômica. Para o ano de 2017 o mercado já espera uma retomada do crescimento, cerca de 1%.

Os ativos de mercado reagiram mais à melhora do cenário político e das perspectivas do que ao ainda desafiador cenário econômico. A bolsa de valores apresentou alta de 25% no semestre. As taxas de juros futuras tiveram expressiva queda, especialmente nos prazos mais longos, ajudadas também pelo movimento global. O Real apresentou valorização de cerca de 20% em relação ao Dólar Americano.

Economia Portuguesa

Na área do Euro, o PIB da região registrou, ainda no primeiro trimestre, o décimo segundo trimestre consecutivo de expansão e o mais forte do último ano. O produto da região cresceu 2,4%, um desempenho superior ao observado nos EUA e no Reino Unido, algo que nos últimos cinco anos aconteceu apenas uma vez, salientando-se o forte contributo da procura interna. No que respeita à inflação, a variação homóloga, que permaneceu entre fevereiro e maio em terreno negativo, encerrou o semestre em 0,1%, pelo quadragésimo primeiro mês abaixo do objetivo de 2,0% fixado pelo BCE.

Em Portugal, também no primeiro trimestre, o PIB cresceu 0,2%, à semelhança do verificado no trimestre anterior, tendo, em termos homólogos, desacelerado de 1,3% para 0,9%. A procura interna, sobretudo o consumo privado, continuou a liderar o crescimento. No mercado laboral, a taxa de desemprego fixou-se, ainda no primeiro trimestre, em 12,4%, 0,2 p.p. acima do verificado no final do ano passado.

No que concerne à inflação, a variação homóloga conservou-se em território positivo durante todo o primeiro semestre, com o registro médio de 0,5% em linha com a média anual registada em 2015.

Num semestre marcado pela volatilidade dos preços dos ativos financeiros, o mercado cambial não foi exceção. O euro manteve uma tendência de apreciação face ao dólar (+2,2% no semestre), à medida que diminuía a probabilidade atribuída pelos investidores de que em junho o Fed decretaria um novo aumento da taxa de juro, num quadro de melhoria económica na Área Euro.

Atividade e Estratégia

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") é controlado a 100% pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, maior grupo bancário de Portugal com um Património Líquido de cerca de R\$ 20,3 bilhões e presença em 23 países.

(Milhões de reais) ⁽¹⁾		
Grupo CGD	Jun-15	Jun-16
Património Líquido	22.114	20.345
Ativos Totais	346.854	351.855
Índice de Basileia	12,2%	11,2%

(Milhões de reais)		
BCG Brasil	Jun-15	Jun-16
Património Líquido	349	333
Ativos Totais	1.930	2.452
Índice de Basileia	19,3%	17,8%

⁽¹⁾ Os valores foram convertidos para reais, utilizando a cotação de R\$ 3,5414 para 1 Euro, do dia 30 de Junho de 2016.

O Banco desenvolve as suas operações no Brasil focando-se na atividade de Corporate & Investment Banking em alguns nichos selecionados e sem rede de agências, atendendo três segmentos de clientes: empresas, pessoas físicas e investidores institucionais.

Atendendo clientes em todo o Brasil, o Banco desenvolve seus negócios com dois pilares de atuação:

- Fomentar a atividade *cross border* entre o Brasil e os países onde o Grupo Caixa Geral de Depósitos está presente. Ou seja: i) fomentar a presença dos seus clientes internacionais no desenvolvimento ou implantação de suas atividades no Brasil; ii) estender a seus clientes Brasileiros o apoio da rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos para assessorar e financiar as atividades comerciais e de investimentos que eles tenham na Europa, África e China; e iii) apoiar a comunidade Luso-Brasileira em termos de serviços financeiros.
- Apoiar empresas Brasileiras onde a dimensão e as áreas de atuação do BCG-Brasil possam acrescentar valor no desenvolvimento das suas atividades.

Áreas de Negócios	Oferta
Corporate Banking	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamentos e Empréstimos em moeda local e moeda estrangeira - incluindo os de comércio exterior • Desconto de Recebíveis • Garantias • Repasses do BNDES e BNB
Investment Banking	<ul style="list-style-type: none"> • Fusões e Aquisições • Financiamentos Estruturados • Operações de Mercado de Capitais (Dívida e Ações)
Tesouraria	<ul style="list-style-type: none"> • Derivativos • Câmbio Spot
Pessoas Físicas e Investidores Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Títulos BCG Brasil (CDB, Letra Financeira, LCI, LCA e DPGE II) • Distribuição de Valores Mobiliários Estruturados pelo BCG Brasil (Debêntures, CRI, FIDCs) • Câmbio Spot

Desempenho - Primeiro Semestre de 2016

Ativos - Carteira de Crédito

A carteira total de crédito, que inclui títulos de crédito privado e garantias, teve uma contração no período (13%), passando de R\$ 1.522 milhões em Junho de 2015, para R\$ 1.321 milhões em Junho de 2016. Esta redução está em linha com a atitude prudente que o Banco vem apresentando desde Junho de 2014.

Para o BCG-Brasil, o primeiro semestre de 2016 continuou sendo marcado por uma alteração na carteira de crédito com diminuição da concentração e uma aposta seletiva em setores menos correlacionados com a desaceleração económica bem como em empresas de raiz Portuguesa.

A carteira de operações de crédito no balanço totalizava R\$ 798 milhões em 30 de Junho de 2016, mantendo-se estável quando comparada com o primeiro semestre de 2015, resultado do amadurecimento das relações comerciais com a atual base de clientes.

Em Junho de 2016, a Administração do Banco continuou a reforçar as suas provisões de crédito de forma prudencial para fazer face aos possíveis impactos que possam ocorrer devido ao cenário económico atual.

(Milhões de reais)						
Carteira de Crédito Bruto - "Incluindo Garantias"	Jun-13	Jun-14	Jun-15	Jun-16	Δ %	Δ Montante
Operações de Crédito	555	650	788	798	1%	10
Outros Créditos - Cessões	11	10	15	7	-53%	(8)
TVM (Títulos de Créditos Privados) - Debêntures e Notas Promissórias	83	150	135	44	-67%	(91)
Garantias, Fianças e Avais	469	647	584	472	-19%	(112)
Total Carteira de Crédito Bruta	1.118	1.457	1.522	1.321	-13%	(201)

Provisões de Créditos	Jun-13	Jun-14	Jun-15	Jun-16	Δ %	Δ Montante
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	6	6	33	40	21%	7
Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	1	-	1	11	-	10
Provisão para Risco de Créditos de Garantias e Fianças Prestadas	2	3	3	2	-33%	(1)
Total	8	9	37	53	43%	16

Captação de Recursos

O Banco vem crescendo consistentemente sua Captação de Recursos de Terceiros, tendo encerrado o primeiro semestre de 2016 com R\$ 1.717 milhão, o que representou um crescimento de 23% quando comparado com os R\$ 1.394 milhões de Junho de 2015.

A melhoria da conjuntura econômica Portuguesa teve um impacto positivo no aumento das captações, bem como a captação com recursos incentivados (LCI, LCA e LF), que cresceram 15% quando comparados com o período anterior (R\$ 161 milhões em Junho de 2016 versus R\$ 140 milhões em Junho de 2015).

O Banco manteve a política de utilizar captações externas, aproveitando oportunidades de arbitragem entre taxas internas e taxas externas. Estas captações geraram liquidez de médio e longo prazo para o Banco, a taxas bastante competitivas.

O Caixa Livre do Banco em 30 de Junho de 2016 era R\$ 757 milhões. Adicionalmente, o Banco tinha linhas disponíveis e não utilizadas, (incluindo linhas junto do Grupo CGD) de aproximadamente R\$ 875 milhões, ou seja, o Banco tinha um excedente de Liquidez no Balanço e Fora do Balanço de cerca R\$ 1,6 bilhão, 490% do Patrimônio líquido em 30 de Junho de 2016.

Considerando o excesso de Liquidez, o Banco irá prosseguir no esforço de alongamento do prazo de captação bem como redução do seu custo de captação.

No segundo semestre de 2014, o Banco assinou com o International Finance Corporation - IFC um financiamento de longo prazo que impulsionou a estratégia comercial do Banco de apoiar projetos nos setores de energias renováveis, eficiência energética, eficiência no uso de recursos hídricos e redução de emissão de CO₂.

O financiamento obtido junto ao IFC no montante de R\$ 67 milhões e com prazo final de 5 anos, permitiu ao Banco Caixa Geral - Brasil ampliar a oferta de linhas de crédito mais longas, a custos competitivos e representou uma demonstração de confiança do IFC no modelo de negócios e na Governança Corporativa do Banco.

No primeiro semestre de 2015, o Banco aderiu a outro programa de financiamento do IFC, o Global Trade Finance Program, obtendo uma linha de USD 20 milhões.

Carteira de Captação de Recursos de Terceiros	Jun-13	Jun-14	Jun-15	Jun-16	Δ %	(Milhões de reais)
						Δ Montante
Repasso BNDES	39	16	73	90	23%	17
CDB	340	524	294	337	15%	43
CDI	128	186	195	25	-87%	(170)
Empréstimo no Exterior	67	191	366	838	129%	472
IFC	-	-	67	58	-13%	(9)
Letra Financeira	8	5	3	4	33%	1
Saldo Conta-Corrente	6	4	11	7	-36%	(4)
Captações no Mercado Aberto	250	26	248	201	-19%	(47)
LCI	18	65	103	61	-41%	(42)
LCA	-	26	34	96	182%	62
Total	856	1.043	1.394	1.717	23%	323

Resultado do Banco (individual)

Destaca-se, no primeiro semestre de 2016, o lucro líquido alcançado pelo Banco de R\$ 8,2 milhões. Este valor compara-se com um lucro líquido positivo de R\$ 0,2 milhão no primeiro semestre de 2015.

Este lucro é justificado: a) pela contenção dos custos recorrentes que se mantiveram constantes em relação ao primeiro semestre de 2015, mesmo com a inflação acumulada nos últimos 12 meses de 8,8%; e b) pela evolução positiva das Receitas da atividade bancária que, comparadas com o período homólogo de 2015, apresentaram crescimento de 1%.

No primeiro semestre de 2015, por questões prudenciais foi decidido realizar uma provisão de crédito para fazer face aos possíveis impactos que poderiam ocorrer devido ao cenário econômico. Em 2016, a provisão de crédito foi reforçada em R\$ 4 milhões. O total de provisões foi de R\$ 5,2 milhões versus R\$ 19,2 milhões no primeiro semestre de 2015.

Demonstrações do Resultado Gerencial	Jun-13	Jun-14	Jun-15	Jun-16	Δ %*	(Milhões de reais)
						Δ Montante*
Receitas:	18,5	36,4	48,1	48,7	1%	0,6
Custos	(22,4)	(26,4)	(25,3)	(25,3)	0%	-
Resultado Operacional	(3,9)	10,0	22,8	23,4	3%	0,6
Provisões	(2,4)	(0,6)	(19,2)	(5,2)	73%	14,0
Resultado antes dos Impostos	(6,3)	9,4	3,6	18,2	405%	14,6
Impostos Diretos e Indiretos	2,6	(6,3)	(3,4)	(10,0)	194%	(6,6)
Lucro Líquido	(3,7)	3,1	0,2	8,2	-	8,0

(*) Variação: Jun 2016/Jun 2015.

Contribuição de Participadas (CGD Securities)

Desde Junho de 2012, o Banco detém 50% do capital da CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, a qual opera sob a marca "CGD Securities". Outra entidade do Grupo CGD - o Caixa Banco de Investimento (Portugal) detém os restantes 50%.

Em Junho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. A iniciativa baseia-se em um acordo que unifica o atendimento aos clientes de ambas por meio de uma única plataforma.

Juntas, as empresas formam a segunda maior corretora independente de varejo do Brasil, com 90 mil clientes. O anúncio é fruto da estratégia de crescimento das companhias, colaborando com a consolidação do mercado.

No final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de corretagem institucional no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora.

No primeiro semestre de 2016, a Corretora, embora ainda tivesse custos inerentes ao encerramento das suas atividades, apresentou resultado positivo fruto do esforço empregado para a contenção dos custos recorrentes e do resultado apresentado pela Rico, permitindo ao Banco o reconhecimento, por equivalência patrimonial, de 50% dos resultados da Corretora no valor de R\$ 1,2 milhão. No 1º semestre de 2015 a Corretora obteve um resultado negativo de R\$ 8,5 milhões devido aos custos inerentes ao encerramento das suas atividades.

Resultado Consolidado

Quando consolidada a equivalência patrimonial do seu Investimento correspondendo a 50% do capital da Corretora (CGD Investimentos), o Resultado Consolidado do Banco Caixa Geral - Brasil para o 1º semestre de 2016 foi de R\$ 9,4 milhões, o que compara com uma perda de R\$ 4,1 milhões apurado no 1º semestre de 2015.

A posição de 50% do Banco na CGD Investimentos estava contabilizada no Balanço consolidado do Banco por um valor de R\$ 1,8 milhão em Junho de 2016 versus R\$ 2,9 milhões em Junho de 2015.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 333 milhões em Junho de 2016, comparado a R\$ 313 milhões em Dezembro de 2015. O aumento no período está relacionado à contribuição positiva do resultado operacional e a reversão de ajustes negativos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários.

Quando comparado a Junho de 2013, 14 e 15, a evolução do Patrimônio do Banco esteve, principalmente, relacionada à queda no valor da Corretora. Por conta da deterioração operacional a Corretora sofreu prejuízos significativos, desconsiderou créditos tributários em seu balanço e levou a baixa do ágio relativo à sua aquisição no Balanço do Banco. Este conjunto de situações fez com que o valor da Corretora no balanço do Banco ficasse reduzido a aproximadamente R\$ 1,8 milhão em Junho de 2016, valor muito inferior àquele que a Diretoria acredita ser o valor de mercado da Corretora atualmente.

Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia III considerando: i) risco de crédito; ii) risco de mercado; e iii) risco operacional. O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil, composto pelo Banco e CGD Investimentos é de 17,8% versus 19,3% no final do primeiro semestre de 2015.

O Banco Caixa Geral - Brasil mantém a base de capital adequada para dar livre curso ao crescimento dos seus ativos projetado para os próximos anos.

Recursos Humanos

Em 30 de Junho de 2016, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 80 colaboradores, um colaborador a mais do que em junho de 2015. O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco contava com 26 estagiários em Junho de 2016, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

Governança Corporativa

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos integrados por membros do Conselho de Administração, sendo o Comitê Técnico de Auditoria presidido por um dos membros independentes, o qual revisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de Junho de 2016.

Em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil, a gestão de capital é realizada com o apoio do Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico de Capital do Banco.

Gestão de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apoia-se nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos;
- Envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;
- Manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

O Banco Caixa Geral - Brasil, através da sua área de Controlos Internos, vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

Agências de Ratings

O Banco possui os seguintes ratings:

- Fitch Ratings desde 2011
 - Rating Nacional de Longo Prazo A- (bra)
 - Rating Nacional de Curto Prazo F2 (bra)

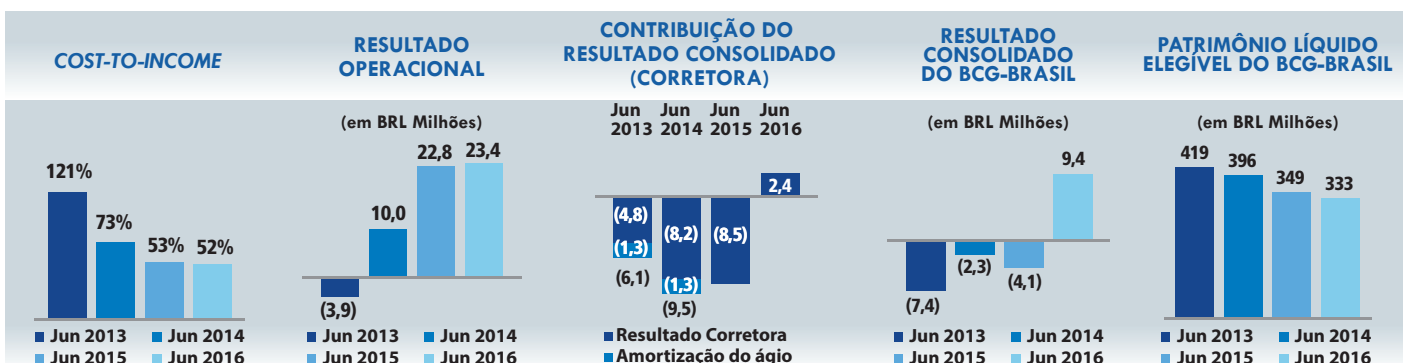
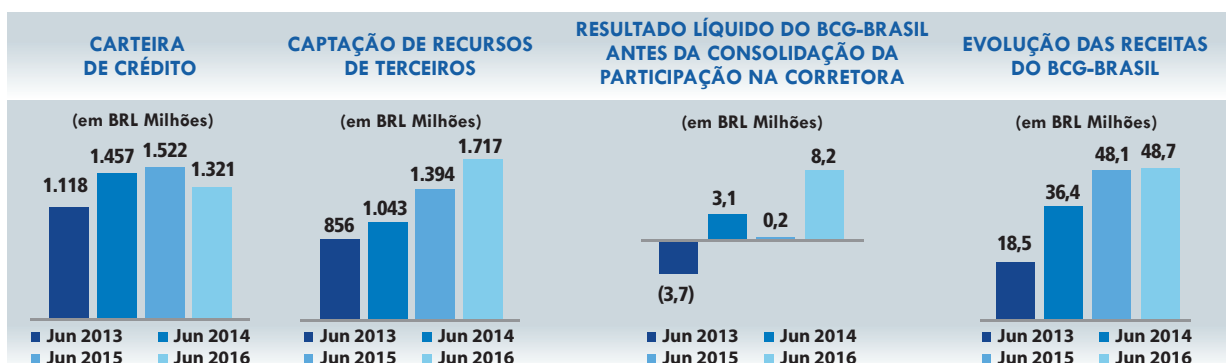
- RiskBank também efetua análise e scoring do Banco desde 2010

- Classificado como "baixo risco no médio prazo"

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração



ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		1.747.401	1.000.986	Circulante		1.617.331	1.120.428
Disponibilidades	4	48.694	5.107	Depósitos	16.a	286.073	407.681
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	662.755	498.675	Depósitos à vista		7.254	11.274
Aplicações em operações compromissadas		640.452	471.089	Depósitos interfinanceiros		24.653	195.228
Aplicações em depósitos interfinanceiros		22.303	27.586	Depósitos a prazo		254.166	201.179
Títulos e Valores Mobiliários				Captações no Mercado Aberto	16.b	201.267	248.234
e Instrumentos Financeiros Derivativos		234.720	96.930	Carteira própria		77.250	113.234
Carteira própria	6.b	158.122	48.446	Carteira terceiros		119.997	135.000
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	9.425	2.082	Carteira livre movimentação		4.020	-
Vinculados à prestação de garantias	6.b	10.281	8.157	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	137.110	116.663
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	56.892	38.245	Obrigações por emissão de letras de crédito agrícola		75.308	29.714
Relações Interfinanceiras		777	1.009	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		60.689	85.410
Pagamentos e recebimentos a liquidar		22	40	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.113	1.539
Créditos vinculados		141	99	Relações Interfinanceiras		103	240
Relações com correspondente		614	870	Recebimentos e pagamentos a liquidar		103	240
Operações de Crédito		381.034	214.418	Relações Interdependências		32.035	406
Operações de crédito		381.034	214.418	Recursos em trânsito de terceiros		32.035	406
Setor privado	9.c	416.425	242.226	Obrigações por Empréstimos e Repasses		657.814	209.995
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(35.391)	(27.808)	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	69.651	-
Outros Créditos		419.194	184.144	BNDES		68.375	-
Créditos por avais e fianças honrados	9.c	19.383	-	Finame		1.276	-
Carteira de câmbio	10	365.637	147.292	Empréstimos no exterior	16.e	588.163	209.995
Rendas a receber	12	1.727	2.978	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	50.971	26.601
Diversos	11	43.899	34.526	Instrumentos financeiros derivativos		50.971	26.601
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.d	(11.452)	(652)	Outras Obrigações		251.958	110.608
Outros Valores e Bens		227	703	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		115	36
Despesas antecipadas		227	703	Carteira de câmbio	10	232.873	87.742
Realizável a Longo Prazo		698.549	924.434	Fiscais e previdenciárias	17.b	3.616	9.357
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		453.108	427.013	Negociação e intermediação de valores		7.123	5.694
Carteira própria	6.b	37.583	162.232	Diversas	17.c	8.231	7.779
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	64.106	111.985	Exigível a Longo Prazo		500.185	459.078
Vinculados à prestação de garantias	6.b	295.132	116.108	Depósitos	16.a	82.833	92.535
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	56.287	36.688	Depósitos a prazo		82.833	92.535
Operações de Crédito		229.491	485.502	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	23.610	24.138
Operações de crédito		229.491	485.502	Obrigações por emissão de letras de crédito agrícola		20.726	4.178
Setor privado	9.c	234.160	490.745	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		-	18.078
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(4.669)	(5.243)	Obrigações por emissão de letras financeiras		2.884	1.882
Outros Créditos		15.684	11.919	Obrigações por Empréstimos e Repasses		328.406	296.517
Diversos	11	15.684	11.919	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	20.659	73.202
Outros Valores e Bens		266	-	BNDES		14.160	64.026
Despesas antecipadas		266	-	Finame		6.499	9.176
Permanente		5.586	4.532	Empréstimos no exterior	16.e	307.747	223.315
Investimentos		1.781	2.946	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	57.166	41.500
Participação em controlada	13	1.781	2.946	Instrumentos financeiros derivativos		57.166	41.500
Outros investimentos		2	2	Outras Obrigações		8.170	4.388
Provisão para perdas		(2)	(2)	Sociais e estatutárias	17.a	171	171
Imobilizado de Uso	14	3.363	1.175	Fiscais e previdenciárias	17.b	6.845	1.695
Outras imobilizações de uso		4.535	2.359	Diversas	17.c	1.154	2.522
Depreciações acumuladas		(1.172)	(1.184)	Resultado de Exercícios Futuros		679	1.035
Diferido		-	101	Rendas antecipadas		679	1.035
Gastos de organização e expansão		-	1.653	Patrimônio Líquido		333.341	349.411
Amortizações acumuladas		-	(1.552)	Capital social	20.a	400.000	400.000
Intangível	15	442	310	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Outros ativos intangíveis		1.667	1.383	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(1.932)	(3.365)
Amortizações acumuladas		(1.225)	(1.073)	Prejuízos acumulados		(64.727)	(47.224)
Total do Ativo		2.451.536	1.929.952	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.451.536	1.929.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	400.000	(2.656)	(43.152)	354.192
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	(709)	-	(709)
Prejuízo do semestre	-	-	(4.072)	(4.072)
Saldos em 30 de Junho de 2015	400.000	(3.365)	(47.224)	349.411
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	400.000	(12.894)	(74.178)	312.928
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	10.962	-	10.962
Lucro líquido do semestre	-	-	9.451	9.451
Saldos em 30 de Junho de 2016	400.000	(1.932)	(64.727)	333.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receitas da Intermediação Financeira		109.529	123.779
Operações de crédito		53.509	50.694
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		76.287	52.571
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(157.487)	20.514
Operações de empréstimos e repasses		137.220	-
Despesas da Intermediação Financeira		(75.804)	(105.332)
Operações de captações no mercado		(46.982)	(49.646)
Operações de empréstimos e repasses		-	(12.422)
Resultado de operações de câmbio		(23.433)	(26.441)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(5.389)	(16.823)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		33.725	18.447
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(16.915)	(21.873)
Receitas de prestação de serviços	24	9.104	11.410
Resultado de participação em controlada	13	1.226	(4.236)
Despesas de pessoal		(15.175)	(15.755)
Outras despesas administrativas	25	(10.755)	(9.926)
Despesas tributárias	26	(2.754)	(2.879)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	1.439	(487)
Resultado Operacional		16.810	(3.426)
Resultado Não Operacional		-	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		16.810	(3.426)
Imposto de Renda e Contribuição Social	19.a	(7.359)	(646)
Provisão para imposto de renda		-	(4.709)
Provisão para contribuição social		-	(2.909)
Ativo fiscal diferido		(7.359)	6.972
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre		9.451	(4.072)
Lucro (Prejuízo) por Ação no Final do Semestre (R\$)		8,79	(3,79)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado no Semestre		20.984	12.480
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		9.451	(4.072)
Ajustes ao prejuízo líquido:		11.533	16.552
Depreciações e amortizações	25	349	228
Resultado da participação em controlada	13	(1.226)	4.236
Provisão/(Reversão) para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	27.a e b.	(473)	695
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	5.389	16.823
Provisão para desvalorização de títulos livres		(244)	1.234
Créditos tributários		7.359	(6.972)
Provisão para contingências fiscais	27.a e b.	379	308
Variações dos Ativos e Obrigações		113.948	(118.525)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(7.338)	(411.596)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(138.452)	65.165
Redução (Aumento) em operações de crédito		12.294	(14.374)
Aumento em outros créditos		(114.786)	(159.541)
Redução em outros valores e bens		282	470
Redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		31.123	139
Redução em depósitos		(130.089)	(101.360)
Aumento em captação no mercado aberto		113.568	193.074
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(21.148)	59.021
Aumento em outras obrigações		141.775	71.008
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		227.789	180.504
Redução em resultados de exercícios futuros		(1.070)	(1.035)
Fluxo de Caixa (Aplicado nas) Oriundo das Atividades de Investimentos		134.932	(106.045)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		1	-
Aplicações de imobilizado de uso		(306)	(6)
Aplicações no intangível		(2)	(61)
Fluxo de caixa (Aplicado nas) Oriundo das Atividades de Investimentos		(307)	(67)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		134.625	(106.112)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	555.009	187.190
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	689.634	81.078
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		134.625	(106.112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., adquirida em 2012. Em 2014, a CGD realizou a fusão de suas atividades de Homebroker com a Rico CTVM. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Banco no médio prazo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas

internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
 - CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
 - CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
 - CPC 24 - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN 4.424/15.
- Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 18 de agosto de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de impairment.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.

(ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".

(iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

• **Operações a termo:** pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;

• **Operações de futuros:** os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre;

• **Operações de swaps:** os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras;

• **Opções:** os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN,

que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

i) Ativos e Passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os Ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. Os Ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independente de seu vencimento.

j) Permanente

• Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição;

• Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados, conforme circular Bacen nº 1.273/87;

• Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

• Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes do imposto de renda para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

m) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e

ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	48.694	5.107
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	640.452	60.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	488	15.971
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>689.634</u>	<u>81.078</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2016 e de 2015

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	43.005	42.840	4.816	4.662
Notas do Tesouro Nacional - NTN	25.754	25.612	7.911	7.862
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	98.808	98.749	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	5.129	5.129	-	-
Debêntures	4.627	5.266	-	-
Total de títulos para negociação	<u>177.323</u>	<u>177.596</u>	<u>12.727</u>	<u>12.524</u>
Títulos disponíveis para venda:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	2.134	2.134	1.870	1.870
Letras do Tesouro Nacional - LTN	302.596	300.697	272.405	266.378
Notas do Tesouro Nacional - NTN	233	232	-	-
Notas Promissórias	-	-	36.000	36.000
Debêntures (**)	101.752	93.990	134.092	132.238
Total de títulos disponíveis para venda	<u>406.715</u>	<u>397.053</u>	<u>444.367</u>	<u>436.486</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>584.038</u>	<u>574.649</u>	<u>457.094</u>	<u>449.010</u>

(*) Em junho de 2016 os Títulos estavam bloqueados em garantia para interposição de recursos fiscais (nota 18.a).

(**) Em junho de 2016, o Banco possui provisão para realização de Debêntures, no montante de R\$ 6.149 (R\$ 2.003 em 2015).

b) Composição por prazo de vencimento

	2016		2015	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	43.005	42.840	13.244	12.819
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
Até 3 meses	1.615	1.609	-	-
De 3 a 12 meses	19.713	19.579	-	-
De 1 a 3 anos	3.840	3.839	7.911	7.862
Acima de 3 anos	586	585	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 1 a 3 anos	54.067	54.065	-	-
Acima de 3 anos	44.741	44.684	-	-
Total de títulos públicos	<u>167.567</u>	<u>167.201</u>	<u>21.155</u>	<u>20.681</u>
Certificado Recebíveis do Agronegócio - CRA				
De 1 a 3 anos	5.129	5.129	-	-
Debêntures				
Acima de 3 anos	4.627	5.266	-	-
Total de títulos privados	<u>9.756</u>	<u>10.395</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de títulos para negociação	<u>177.323</u>	<u>177.596</u>	<u>21.155</u>	<u>20.681</u>
Títulos disponíveis para venda				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	296.311	294.018	272.405	266.378
Acima de 3 anos	6.285	6.679	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 3 a 12 meses	233	232	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 1 a 3 anos	2.134	2.134	-	-
Acima de 3 anos	-	-	1.870	1.870
Total de títulos públicos	<u>304.963</u>	<u>303.063</u>	<u>274.275</u>	<u>268.248</u>
Debêntures				
Vencidas	724	-	4.007	2.004
De 1 a 3 anos	72.738	66.846	66.758	66.649
Acima de 3 anos	28.290	27.144	63.327	63.585
Notas Promissórias				
De 3 a 12 meses	-	-	36.000	36.000
Total de títulos privados	<u>101.752</u>	<u>93.990</u>	<u>170.092</u>	<u>168.238</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>406.715</u>	<u>397.053</u>	<u>444.367</u>	<u>436.486</u>
Circulante (*)	178.280	177.828	61.162	58.685
Realizável a longo prazo	405.758	396.821	404.360	398.482
Total de títulos e valores mobiliários	<u>584.038</u>	<u>574.649</u>	<u>465.522</u>	<u>457.167</u>

(*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$ 470.264 (R\$ 280.772 em 2015) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 104.385 (R\$ 168.238 em 2015) estão custodiados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2016 e de 2015, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 3.513 (R\$ 5.607 em 2015). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (1.932) (R\$ (3.365) em 2015), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2016 e de 2015, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	2016			2015		
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	29.743	33.896	63.639	38.257	15.500	53.757
Swap - diferencial a pagar	(70.623)	(26.450)	(97.073)	(30.466)	(28.532)	(58.998)
Total Swap	(40.880)	7.446	(33.434)	7.791	(13.032)	(5.241)
NDF - a receber	44.620	4.920	49.540	9.097	12.079	21.176
NDF - a pagar	(11.083)	19	(11.064)	(6.398)	(2.705)	(9.103)
Total NDF	33.537	4.939	38.476	2.699	9.374	12.073
Total	(7.343)	12.385	5.042	10.490	(3.658)	6.832

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *Swap*, *Non Deliverables Forward - NDF*, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA ou pela Bloomberg.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2016					2015				
	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	48.367	74.514	193.944	414.715	731.540	56.138	117.470	77.916	440.048	691.572
Swap - posição passiva	292.391	389.213	475.284	413.907	1.570.795	50.565	406.470	662.863	550.647	1.670.545
NDF - posição ativa	198.164	215.873	-	-	414.037	557.861	17.126	-	-	574.987
NDF - posição passiva	45.721	55.196	-	-	100.917	557.861	17.126	-	-	574.987
Futuros - posição comprada	452.654	503.299	322.888	3.364	1.282.205	604.345	313.301	166.290	28.366	1.112.302
Futuros - posição vendida	538.919	519.308	513.674	197.491	1.769.392	57.663	735.745	658.820	232.210	1.684.438
Total	1.576.216	1.757.403	1.505.790	1.029.477	5.868.886	1.884.433	1.607.238	1.565.889	1.251.271	6.308.831

c) Composição por indexador

	2016			2015		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap						
Posição Ativa	63.639	-	731.540	53.757	-	691.572
CDI x Dólar	-	-	-	76	-	-
CDI x Dólar Venda	6.287	-	53.866	2.818	-	66.022
CDI x IPCA	12	-	766	40	-	6.472
CDI x Libor 1	10.652	-	64.850	-	-	-
CDI x Libor 2	414	-	6.667	-	-	-
CDI x Pré	1.824	-	39.554	1.574	-	40.791
Dólar Venda x CDI	-	-	-	13.587	-	45.038
Dólar Venda x Libor	11.175	-	119.318	7.795	-	125.910
Dólar Venda x Libor 1	15.872	-	162.718	10.799	-	184.254
Euro BCE V x CDI	-	-	-	8.544	-	18.300
IPCA x CDI	9.566	-	49.840	6.999	-	49.840
Libor 1 x Dólar Venda	5	-	15.000	-	-	-
Libor 2 x Dólar Venda	18	-	6.667	-	-	-
Pré x CDI	7.233	-	201.900	1.485	-	150.900
Pré x Dólar Venda	581	-	10.394	40	-	4.045
Posição Passiva	-	(97.073)	1.570.795	-	(58.998)	1.670.545
CDI x Dólar Venda	-	-	-	-	(15.679)	59.331
CDI x IPCA	-	(9.610)	68.946	-	(6.708)	51.390
CDI x Libor 1	-	(1.000)	4.717	-	(1.008)	6.418
CDI x Pré	-	-	-	-	(4)	5.527
Dólar Venda x CDI	-	(40.828)	177.490	-	-	-
Libor 1 x Dólar	-	(14.091)	410.919	-	(8.345)	451.087
Libor x Dólar Venda	-	(10.254)	119.318	-	(6.691)	125.910
Pré x CDI	-	(21.290)	789.405	-	(20.279)	964.533
Pré x Dólar Venda	-	-	-	-	(284)	6.349
Total de operações de Swap	63.639	(97.073)	2.302.335	53.757	(58.998)	2.362.117
Operações de NDF						
Posição Ativa	49.540	-	414.037	21.176	-	574.987
Dólar Venda	46.947	-	402.822	21.176	-	574.987
Euro Venda	2.593	-	11.215	-	-	-
Posição Passiva	-	(11.064)	100.917	-	(9.103)	574.987
Dólar Venda	-	(11.064)	100.917	-	(9.103)	574.987
Total de Operações de NDF	49.540	(11.064)	514.954	21.176	(9.103)	1.149.974
Operações de Futuros						
Posição Comprada	28	(10.495)	1.282.205	20	(5.000)	1.112.302
DDI	-	(7.973)	1.048.668	-	(1.991)	460.206
DI	20	-	3.364	20	-	32.395
DOL	-	(2.469)	224.637	-	(3.009)	619.701
EUR	-	(53)	4.490	-	-	-
IND	8	-	1.046	-	-	-
Posição Vendida	3.424	(70)	1.769.392	583	(1.277)	1.684.438
DDI	3.332	-	315.248	77	-	67.210
DI	88	-	1.440.494	-	(1.277)	1.575.408
DOL	-	(70)	13.283	-	-	1.568
EUR	4	-	367	495	-	33.970
JPY	-	-	-	11	-	6.282
Total de Operações de Futuros	3.452	(10.565)	3.051.597	603	(6.277)	2.796.740
Total	116.631	(118.702)	5.868.886	75.536	(74.378)	6.308.831

d) Valor de referência por local de negociação

	2016			2015		
	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total
Operações de swap	1.327.901	974.434	2.302.335	1.359.529	1.002.588	2.362.117
Operações de NDF	-	514.954	514.954	-	1.149.974	1.149.974
Futuros - posição comprada	1.282.205	-	1.282.205	1.112.302	-	1.112.302
Futuros - posição vendida	1.769.392	-	1.769.392	1.684.438	-	1.684.438
Total	<u>4.379.498</u>	<u>1.489.388</u>	<u>5.868.886</u>	<u>4.156.269</u>	<u>2.152.562</u>	<u>6.308.831</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

	2016			2015		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	192.982	(146.367)	46.615	111.495	(135.281)	(23.786)
NDF	172.931	(82.436)	90.495	104.251	(158.512)	(54.261)
Opções	10	-	10	-	-	-
Contrato de futuros	701.462	(996.069)	(294.607)	771.128	(672.567)	98.561
Total	<u>1.067.385</u>	<u>(1.224.872)</u>	<u>(157.487)</u>	<u>986.874</u>	<u>(966.360)</u>	<u>20.514</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBLC das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

	2016	2015
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	303.279	124.265
Total	<u>303.279</u>	<u>124.265</u>

A rubrica "Vinculados à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 2.134 vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, as estruturas de "hedge de risco de mercado" são compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$ 430.458 (R\$ 715.956 em 2015) e vencimentos que variam de julho de 2016 a outubro de 2018, e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas. O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 406.748 (R\$ 296.898 em 2015) e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 303 (R\$ 611 em 2015). O valor de mercado das aplicações em operações compromissadas é de R\$ 20.454 (R\$ 411.089 em 2015) e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 4 (R\$ 680 em 2015). A efetividade das estruturas do "hedge de risco de mercado" é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2016 e de 2015 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&FBovespa ou própria);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 30 de junho de 2016, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 2.622 (R\$ 368 em 2015).

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender aos requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III - Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2016 e de 2015, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	2016	2015
Capital de giro	558.163	659.574
Financiamento - Finame	8.038	9.195
Financiamento - BNDES	84.384	64.202
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	650.585	732.971
Outros créditos e títulos a receber (*)	7.103	14.913
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	147.286	55.121
Créditos para avais e fianças honrados	19.383	—
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	824.357	803.005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.060)	(33.051)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(11.452)	(652)
Total da provisão	(51.512)	(33.703)
Circulante	543.354	283.800
Realizável a longo prazo	229.491	485.502

(*)Em 30 de junho de 2016, refere-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 7.103 (R\$ 14.913 em 2015) com vencimento final em agosto de 2016 (julho de 2015 em 2015) (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2016	2015
Setor Privado:		
Indústria	339.378	222.108
Comércio	100.759	93.173
Outros	384.220	487.724
Total	824.357	803.005

c) Composição da carteira por vencimento

	2016						2015	
	Vencido	A vencer					Total	Total
01 a 30		31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima 360			
Capital de giro	58.564	49.308	76.291	60.986	99.504	213.510	558.163	659.574
Financiamento - Finame	273	152	299	272	543	6.499	8.038	9.195
Financiamento - BNDES	312	67.614	435	723	1.149	14.151	84.384	64.202
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	—	5.372	1.731	—	—	—	7.103	14.913
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	—	41.224	43.481	62.581	—	—	147.286	55.121
Créditos para avais e fianças honrados	19.383	—	—	—	—	—	19.383	—
Total	78.532	163.670	122.237	124.562	101.196	234.160	824.357	803.005

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2016			2015			
		Curso Vencido	Curso normal	Provisão Prudencial (*)	Curso Vencido	Curso normal	Provisão Prudencial (*)	
AA	—	—	30.928	—	—	22.501	—	
A	0,50%	—	141.872	709	—	151.874	759	
B	1,00%	9	467.842	4.679	—	511.185	5.112	
C	3,00%	—	93.662	2.810	1.620	65.725	1.972	
D	10,00%	28.472	11.521	3.999	7.999	—	—	
E	30,00%	—	—	—	51.720	—	15.516	
F	50,00%	40.710	—	20.355	—	—	—	
H	100,00%	9.341	—	9.341	—	—	—	
Total		78.532	745.825	41.893	9.619	51.720	751.285	23.359

(*)Em junho de 2016 e de 2015, a Administração decidiu por reforçar a provisão de crédito de forma prudencial para determinado setor para fazer face aos possíveis impactos do cenário econômico atual e seus reflexos para o Banco.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo no início do semestre	(46.123)	(16.880)
Provisão constituída	(19.081)	(39.479)
Reversão de provisão	13.692	22.656
Saldo ao final do semestre	(51.512)	(33.703)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 7.103. No semestre findo em 30 de junho de 2015, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto era de R\$ 14.913. No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 212.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2016	2015
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	240.011	94.655
Direitos sobre venda de câmbio	123.892	51.848
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	1.734	789
Total	365.637	147.292
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	117.336	51.719
Obrigações por compras de câmbio	261.089	90.355
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	(145.552)	(54.332)
Total	232.873	87.742

A carteira de câmbio, em 2016 e 2015, possui prazo de até 6 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2016	2015
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	7.103	14.913
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19.b)	47.565	21.133
Impostos e contribuições a compensar	1.375	5.927
Pagamentos a ressarcir	55	42
Adiantamento e antecipações salariais	784	793
Depósitos judiciais	2.427	3.438
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	—	99
Outros	274	100
Total	59.583	46.445
Circulante	43.899	34.526
Realizável a longo prazo	15.684	11.919

12. RENDAS A RECEBER

	2016	2015
Comissões por garantias prestadas a receber	367	733
Serviços prestados a receber de sociedades ligadas (nota 21.b)	—	27
Serviços prestados a receber (a)	232	832
Outras rendas a receber (b)	1.128	1.386
Total	1.727	2.978
Circulante	1.727	2.978
Realizável a longo prazo	—	—

(a) Referem-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

(b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.

13. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada

	2016	2015
Dados da controlada	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Capital social	104.338	104.338
Patrimônio líquido	3.562	5.892
Lucro (Prejuízo) líquido no semestre (*)	2.452	(8.472)
Participação societária	50%	50%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	1.781	2.946
Total do investimento	1.781	2.946
Resultado de equivalência patrimonial no semestre	1.226	(4.236)

(*) Receita de juros com debêntures, no montante de R\$ 1.546, registrado no resultado da CGD Investimentos no ano de 2015 e reconhecida no Banco, através do método de equivalência patrimonial, no primeiro semestre de 2016.

b) Movimentação dos investimentos

	2016	2015
Saldo inicial	555	7.182
Resultado da participação em controlada	1.226	(4.236)
Saldos ao final do exercício	1.781	2.946

14. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por:

	Taxa anual depreciação	2016			2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	3.027	(644)	2.383	1.792	(819)	973
Comunicação	10%	306	(182)	124	303	(152)	151
Processamento de dados	20%	1.005	(330)	675	262	(211)	51
Veículos	20%	197	(16)	181	2	(2)	—
Total		<u>4.535</u>	<u>(1.172)</u>	<u>3.363</u>	<u>2.359</u>	<u>(1.184)</u>	<u>1.175</u>

15. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

Taxa anual	2016		2015	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
20%	1.667	(1.225)	1.383	(1.073)

16. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2016		2015	
	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos
Depósitos à vista	7.254	11.274		
Depósitos a prazo	336.999	293.714		
De 1 a 90 dias	66.254	28.674		
De 91 até 360 dias	187.912	172.505		
A vencer após 360 dias	82.833	92.535		
Depósitos interfinanceiros	24.653	195.228		
De 1 a 90 dias	24.653	195.228		
Total de depósitos	<u>368.906</u>	<u>500.216</u>		
Circulante	286.073	407.681		
Exigível a longo prazo	82.833	92.535		

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 345.619 (R\$ 483.366 em 2015), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 113,5% (de 99% a 113,8% em 2015). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 16.033 (R\$ 5.576 em 2015), apresentam taxas ao ano que variam de 12,73% a 18,38% (11,04% a 15,17% em 2015).

b) Captações no mercado aberto

	2016		2015	
	De 1 a 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	Total
	Carteira própria	77.250	77.250	113.234
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.370	9.370	62.050	62.050
Debêntures	67.880	67.880	51.184	51.184
Carteira terceiro	119.997	119.997	135.000	135.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	119.997	119.997	135.000	135.000
Carteira livre movimentação	4.020	4.020	—	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.020	4.020	—	—
Total captações no mercado aberto	<u>201.267</u>	<u>201.267</u>	<u>248.234</u>	<u>248.234</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito agrícola e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 157.023 (R\$ 134.083 em 2015) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90% a 112,5% (91,5% a 115,5% em 2015). As letras financeiras, letras de crédito agrícola e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 3.697 (R\$ 6.718 em 2015), apresentam taxas ao ano que variam de 12,82% a 15,10% (11,67% a 15,10% em 2015).

d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$ 82.535 (R\$ 64.026 em 2015) e R\$ 7.775 (R\$ 9.176 em 2015), respectivamente, com prazo de vencimento de 2016 a 2024.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2016		2015	
	USD	Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior				
Grupo Caixa Geral de Depósitos - Objeto de Hedge (*)	125.500	406.978	296.898	
Grupo Caixa Geral de Depósitos	123.750	397.684	68.920	
International Finance Corporation - IFC		57.904	67.492	
Outros Bancos	10.300	33.344	—	
Total		<u>895.910</u>	<u>433.310</u>	

(*) Estas operações foram objeto de "hedge", descritos na nota 7.g.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	2016	2015
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Total	<u>171</u>	<u>171</u>

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 18.a)	2.427	1.635
Impostos e contribuições a recolher	1.405	9.357
Impostos e contribuições diferidos (nota 19.c)	6.629	60
Total	<u>10.461</u>	<u>11.052</u>
Circulante	3.616	9.357
Exigível a longo prazo	6.845	1.695

c) Diversas

	2016	2015
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	2	37
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.396	3.053
Provisão para despesas de pessoal	5.033	4.683
Fornecedores a pagar	898	622
Valores em cobrança	614	870
Outras	442	1.036
Total	<u>9.385</u>	<u>10.301</u>
Circulante	8.231	7.779
Exigível a longo prazo	1.154	2.522

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 452.244 (R\$ 583.722 em 2015) (nota 28 a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.396 (R\$ 3.053 em 2015), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2016		2015	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	—	149.689	—	209.632	—
A	0,50%	125.883	629	212.322	1.062
B	1,00%	176.672	1.767	143.084	1.431
C	3,00%	—	—	18.684	560
Total		<u>452.244</u>	<u>2.396</u>	<u>583.722</u>	<u>3.053</u>

18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09. Assim, o Banco, em 2016, possui provisões para contingências de natureza fiscal, no montante de R\$ 2.427. Em 2015, o Banco possuía provisões para contingências de natureza fiscal, no montante de R\$ 1.635, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias".

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processos administrativo e judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante total de R\$ 2.119 que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como remota pelos advogados externos.

Descrição	2016		2015	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	2.427	2.427	1.635	1.635
Subtotal	2.427	2.427	1.635	1.635
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	—	2.134	—	1.794
IRPJ	—	—	—	—
Subtotal	—	2.134	—	1.794
Total	<u>2.427</u>	<u>4.561</u>	<u>1.635</u>	<u>3.429</u>

(i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012, de 2013, de 2014, de 2015 e de 2016 no montante de R\$ 2.427, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível.

(ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 2.134 (R\$ 1.665 em 2015). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.

b) A movimentação das provisões passivas para os semestre findos em 30 de junho de 2016 e de 2015 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Sucumbências cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	1.344	-	-	1.344
Constituição (nota 27.b)	308	-	-	308
Baixa	(17)	-	-	(17)
Saldo em 30/06/2015	1.635	-	-	1.635
Saldo em 31/12/2015	2.048	-	-	2.048
Constituição (nota 27.b)	379	-	-	379
Saldo em 30/06/2016	2.427	-	-	2.427

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	2016					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas						
Prováveis	-	-	-	-	-	-
Possíveis	2.427	2.427	1.024	-	6.507	-
Remotas	2.984	-	-	-	-	-
Total	5.411	2.427	1.024	-	6.507	-
Quantidade	6		1		2	

	2015			
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas				
Prováveis	-	-	-	-
Possíveis	3.783	1.635	1.023	-
Remotas	740	-	-	-
Total	4.523	1.635	1.023	-
Quantidade	5		1	

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados

	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	16.810	(3.426)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (25% e 15% até 31 de agosto de 2015), respectivamente.	(7.564)	1.370
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	205	(2.016)
Despesas com gratificações e benefícios	(22)	(81)
Resultado de Equivalência Patrimonial	551	(1.694)
Outros	(324)	(241)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre	(7.359)	(646)

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 47.565 (R\$ 21.133 em 2015), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	25.641	14.282
Ajuste de Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários em negociação, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	-	2.389
Ajuste de Marcação a mercado títulos disponíveis para venda	1.890	2.303
Ajuste de Marcação a Mercado Futuros DDI/DI	14.235	-
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	12	299
Provisão para contingências fiscais	971	631
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.065	1.221
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.956	-
Outros	795	8
Total	47.565	21.133

c) Composição de obrigações diferidas

	2016	2015
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários em negociação, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	(6.320)	-
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	(309)	(60)
Total de obrigações diferidas	(6.629)	(60)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Constituição/ (realização)	Saldo em 30 de junho de 2016
Provisão para contingências fiscais	819	152	971
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	85	(73)	12
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.277	(212)	1.065
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e de realização de TVM	23.386	2.255	25.641

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Constituição/ (realização)	Saldo em 30 de junho de 2016
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	36.080	(36.080)	-
Ajuste de marcação a mercado Futuros DDI/DI	-	14.235	14.235
Ajuste de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	10.757	(8.867)	1.890
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	2.956	2.956
Outras	1.313	(518)	795
Saldo de créditos tributários	73.717	(26.152)	47.565
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos no exterior	-	(6.320)	(6.320)
Ajuste de marcação a mercado Futuros DDI/DI	(16.246)	16.246	-
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	(207)	(102)	(309)
Saldo de obrigações diferidas	(16.453)	9.824	(6.629)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	35.811	2.671	5.790	526	2.767	47.565
Obrigações diferidas	2.212	133	176	4.108	-	6.629

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 42.006 e R\$ 5.938 (R\$ 18.670 e R\$ 52 em 2015), respectivamente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 30 de junho de 2016 e de 2015, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014, foi deliberado a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo com essa reserva e com a reserva legal.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O novo plano tem como principais objetivos:

- (i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil;
- (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil;

- (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas;
- (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e
- (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta:
 - (i) os riscos correntes e potenciais do Banco;
 - (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado;
 - (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa;
 - (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez;
 - (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador;
 - (vi) o desempenho da unidade de negócios; e
 - (vii) o desempenho do Banco como um todo. A remuneração variável será calculada:
 - (a) 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente;
 - (b) 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu

pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta");

(c) 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No semestre findo em 30 de junho 2016, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 3.103 (R\$ 3.394 em 2015), considerando salários, encargos e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2016 e de 2015:

Disponibilidades

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa

Instrumentos financeiros derivativos

CGD Investimentos, CVC

Outros créditos

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa

Caixa Banco de Investimento

Caixa Geral de Depósitos - New York

Banco Nacional Ultramarino

Sucursal Grand Cayman

Investimento - participação em coligadas e controladas

CGD Investimentos, CVC

Depósitos

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa

Caixa Banco de Investimento

CGD Investimentos, CVC

Obrigações por empréstimo no exterior

Caixa Geral de Depósitos - New York (nota 16. e)

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota 16. e)

Banco Nacional Ultramarino

Outras obrigações - Sociais e Estatutárias

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa

Outras obrigações diversas

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa

Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações

Caixa Geral de Depósitos - Lisboa

Banco Nacional Ultramarino

Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman

Caixa Geral de Depósitos - New York

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 28.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 08 de dezembro de 2015 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2016.

22. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basileia

	2016	2015
Risco de crédito - PEPR	157.382	177.084
Riscos de mercado - PCAM, PJURs e PACS	10.109	3.337
Risco Operacional - POPR	17.050	19.879
Patrimônio de referência exigido - PRE	184.541	200.300
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	333.070	351.990
Índice da Basileia (*)	17,82%	19,33%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2016 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 1,76% (1,48% em 2015).

Grau de relação	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Controladora	38.027	-	4.214	-
Controlada	-	-	(13.183)	(7.222)
Controladora	-	-	85	-
Ligada	-	-	14	-
Ligada	-	-	-	1.955
Ligada	-	-	-	962
Ligada	-	-	27	177
Controlada	1.781	1.226	2.946	(4.236)
Controladora	(7)	-	(7)	-
Ligada	(6.548)	(144)	(6.082)	(376)
Controlada	(24.572)	(152)	(8.834)	(1.015)
Ligada	(532.227)	(4.322)	(347.984)	(3.385)
Controladora	(214.934)	(1.400)	(17.223)	(1)
Ligada	(57.501)	(689)	-	-
Controladora	(171)	-	(171)	-
Controladora	(2)	-	(37)	-
Controladora	-	-	-	-
Ligada	-	144	-	106
Ligada	-	242	-	-
Ligada	-	1.660	-	178

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o semestre findo em 30 de junho de 2015, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em:

(a) Performance do Grupo CGD;

(b) Performance do Banco no Brasil; e

(c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas.

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho 2016 e de 2015 estão assim representadas:

	2016	2015
Comissão de estruturação e assessoria em operações	2.899	5.218
Rendas garantias prestadas	5.467	5.959
Outras	738	233
Total de receitas de prestação de serviços	9.104	11.410

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 estão assim representadas:

	2016	2015
Processamento de dados	3.734	2.967
Aluguel	1.788	1.356
Serviços técnicos especializados	779	1.100
Depreciação e amortização	349	228
Serviços do sistema financeiro	991	1.036
Viagens	382	401
Publicações	176	224

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguros	208	119
Manutenção e conservação de bens	105	198
Comunicação	334	350
Vigilância e segurança	167	158
Serviço de terceiros	624	175
Transportes	81	50
Água, energia e gás	81	112
Comissões pagas	68	670
Outras	<u>888</u>	<u>782</u>
Total	<u>10.755</u>	<u>9.926</u>

26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 estão representadas por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	2.180	2.220
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	182	273
Despesas de contribuição ao PIS	354	361
Outras	<u>38</u>	<u>25</u>
Total de despesas tributárias	<u>2.754</u>	<u>2.879</u>

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recuperação de encargos e despesas	391	50
Variação monetária ativa	146	147
Rendas de títulos e créditos a receber	765	443
Descontos obtidos	130	6
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	473	-
Reversão de provisões processos fiscais (nota 18.b)	-	55
Outros	<u>94</u>	<u>2</u>
Total	<u>1.999</u>	<u>703</u>

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

b) Outras despesas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Processos fiscais (nota 18.b)	(379)	(363)
Multas e juros	(7)	(129)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	(695)
Outras despesas	<u>(174)</u>	<u>(3)</u>
Total	<u>(560)</u>	<u>(1.190)</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>1.439</u>	<u>(487)</u>

28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

Descrição	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota 17.c)	452.244	583.722

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o montante de contribuição é de R\$ 146 (R\$ 42 em 2015) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 13.824 (R\$ 15.193 em 2015). E o período de cobertura se estende até julho de 2016.

d) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 12 de dezembro de 2015, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

Controller: Lúcio Fábio Tavares Garcia - CRC 1SP223923/O-4

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte